

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 21**

José, servidor não concursado e ocupante de cargo em comissão no TCE/MS há dois anos, apresentou pedido de licença para tratar de interesses particulares.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta com base no disposto na Lei Estadual n.º 1.102/1990 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Mato Grosso do Sul).

- Ⓐ É admissível a concessão de licença a José, desde que não ultrapasse o prazo máximo de 30 dias, prorrogáveis por igual período.
- Ⓑ A conduta de José está de acordo com a legislação, pois todos os servidores, efetivos ou comissionados, têm direito a licença para tratar de assuntos particulares.
- Ⓒ A concessão de licença a José é possível, mas somente após três anos de efetivo exercício no cargo comissionado.
- Ⓓ A concessão de licença a José é possível apenas se houver autorização expressa do presidente do tribunal, mesmo sem previsão legal.
- Ⓔ A referida lei veda expressamente a concessão de licença para o tratamento de interesses particulares a servidor que ocupe exclusivamente cargo em comissão.

Questão 22

João, servidor público efetivo do estado de Mato Grosso do Sul, foi transferido de ofício para exercer suas funções em município distinto de sua lotação original, em caráter provisório, por necessidade da administração.

Considerando a situação hipotética apresentada e o que dispõe a Lei Estadual n.º 1.102/1990 sobre o auxílio-moradia, assinale a opção correta.

- Ⓐ O pagamento do auxílio-moradia a João depende de lei específica que o autorize, sendo inaplicável a previsão da Lei Estadual n.º 1.102/1990.
- Ⓑ O auxílio-moradia deve ser pago no valor máximo de vinte por cento do vencimento do cargo efetivo de João.
- Ⓒ Por ser servidor efetivo, João não faz jus ao auxílio-moradia, que é benefício exclusivo de ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança.
- Ⓓ João terá direito ao auxílio-moradia se, comprovadamente, não existir imóvel funcional disponível no local de destino, sendo a despesa custeada pelo erário pelo prazo máximo de 5 anos.
- Ⓔ João terá direito ao auxílio-moradia independentemente da existência de imóvel funcional disponível para sua ocupação, sendo a despesa custeada pelo erário pelo prazo que ele estiver no exercício da função.

Questão 23

Durante o retorno de uma fiscalização, um servidor efetivo do TCE/MS dirigia uma viatura oficial quando, por distração, colidiu de forma culposa, com um veículo particular, tendo causado danos materiais ao particular.

Considerando as regras de responsabilidade civil aplicáveis ao servidor público e ao Estado, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Estado responde subjetivamente pelos danos causados ao particular, não sendo assegurado o direito de regresso contra o servidor visto que não houve dolo.
- Ⓑ O Estado responde objetivamente pelos danos causados ao particular, assegurado o direito de regresso contra o servidor somente no caso de dolo.
- Ⓒ O servidor não responde subjetivamente, pois a conduta foi praticada durante o exercício da função pública, o que caracteriza excludente de responsabilidade.
- Ⓓ O servidor não responde diretamente perante o particular prejudicado, ainda que tenha agido com culpa; a responsabilidade é do Estado, assegurado o direito de regresso contra o servidor.
- Ⓔ Apenas o servidor será responsabilizado civilmente, já que o dano decorreu de ato pessoal (distração) durante a condução.

Questão 24

O servidor Daniel, ocupante de cargo efetivo no TCE/MS, produziu relatório técnico sobre as contas de um convênio firmado entre o estado e organizações da sociedade civil, tendo sido posteriormente constatado que o referido servidor omitira, de forma dolosa, irregularidades graves em seu relatório técnico, para favorecer determinada entidade privada com a qual ele mantinha relação pessoal.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992 e alterações), a conduta do servidor

- Ⓐ enquadra-se como ato de improbidade administrativa que gera enriquecimento ilícito, pois o favorecimento de terceiros caracteriza, por si só, obtenção de vantagem indevida.
- Ⓑ configura ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, pois a omissão de irregularidades graves compromete a efetividade do controle externo e gera presunção absoluta de dano.
- Ⓒ configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, já que houve dolo na omissão das irregularidades, independentemente da existência de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito.
- Ⓓ não se enquadra como ato de improbidade administrativa, pois relatórios técnicos têm natureza meramente opinativa e não vinculam a decisão da administração.
- Ⓔ somente caracterizaria improbidade administrativa se houvesse comprovação de dano financeiro efetivo ao Estado.

Questão 25

Assinale a opção em que é citada sanção administrativa prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

- Ⓐ advertência, com indicação de prazo para a adoção de medidas corretivas
- Ⓑ cassação definitiva do CNPJ da empresa infratora
- Ⓒ suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 3 meses, prorrogável por igual período
- Ⓓ prisão do controlador de dados em caso de reincidência grave
- Ⓔ multa simples, de até 1% do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000

Questão 26

À luz do disposto na Lei n.º 14.133/2021, é correto afirmar que a dação em pagamento de bens imóveis pela administração pública

- Ⓐ é expressamente vedada em qualquer circunstância.
- Ⓑ depende de licitação na modalidade leilão.
- Ⓒ depende exclusivamente de parecer favorável do tribunal de contas competente, não havendo exigência de lei autorizativa.
- Ⓓ é livremente realizada pelo gestor público, não sendo necessária autorização legislativa, desde que haja avaliação do bem.
- Ⓔ é possível, desde que haja avaliação prévia do bem, interesse público devidamente justificado e autorização legislativa.

Questão 27

Após processo licitatório, uma prefeitura do estado do Mato Grosso do Sul firmou contrato administrativo para aquisição de medicamentos, tendo a empresa contratada deixado de entregar parte dos medicamentos dentro do prazo contratado em virtude de falhas no seu processo de logística.

Nessa situação hipotética, conforme disposto na Lei n.º 14.133/2021,

- Ⓐ a administração, diante do inadimplemento parcial, deve necessariamente rescindir o contrato e convocar a segunda colocada no certame para garantir a continuidade da execução.
- Ⓑ o atraso na entrega dos medicamentos pode ensejar a aplicação de multa de mora, sendo vedada a imposição de outras sanções administrativas.
- Ⓒ a administração não pode aplicar nenhuma sanção nesse caso, pois a falha logística constitui risco exclusivamente da contratada, não configurando inadimplemento contratual.
- Ⓓ a prefeitura deve aplicar diretamente à empresa a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a administração, por se tratar de medicamentos, independentemente de prévia defesa da contratada.
- Ⓔ o descumprimento contratual permite a aplicação da sanção de advertência quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observada a gradação legalmente prevista, assegurando-se à contratada o contraditório e a ampla defesa.

Questão 28

Assinale a opção correta com base no disposto na Lei n.º 14.133/2021, que disciplina os prazos dos contratos administrativos.

- Ⓐ É vedado em todas as hipóteses o contrato por prazo indeterminado.
- Ⓑ É de 10 anos a vigência máxima do contrato de aluguel de equipamentos e da utilização de programas de informática.
- Ⓒ Os prazos contratuais previstos na nova lei de licitações excluem os previstos em lei especial.
- Ⓓ Nos contratos de eficiência sem investimento, o prazo máximo de vigência é de 10 anos.
- Ⓔ O contrato que prever a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação poderá ter vigência máxima de 10 anos.

Questão 29

Assinale a opção que apresenta um legitimado universal para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade sem a necessidade de demonstrar pertinência temática.

- Ⓐ entidade de classe de âmbito nacional
- Ⓑ governador de estado
- Ⓒ mesa de assembleia legislativa
- Ⓓ mesa da Câmara dos Deputados
- Ⓔ confederação sindical

Questão 30

Considerando o Sistema Tributário Nacional, julgue os itens a seguir.

- I Cabe a lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de decadência tributária.
- II É vedado aos estados instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
- III Compete ao estado instituir os impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 31

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o servidor público abrangido por regime próprio de previdência social será compulsoriamente aposentado

- Ⓐ aos 65 anos de idade, se mulher, ou aos 70 anos de idade, se homem, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ou aos 75 anos de idade, na forma de lei ordinária.
- Ⓑ aos 70 anos de idade, com proventos integrais, ou aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar.
- Ⓒ aos 70 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ou aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar.
- Ⓓ aos 70 anos de idade, com proventos integrais, ou aos 75 anos de idade, na forma de lei ordinária.
- Ⓔ aos 65 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ou aos 70 anos de idade, na forma de lei ordinária.

Questão 32

Determinado cidadão recebeu notificação da Receita Federal sobre um imposto não recolhido. Sem ter mais informações, ele solicitou ao órgão fazendário os extratos constantes dos sistemas informatizados de apoio à arrecadação. Após mais de um mês sem resposta do órgão, o cidadão resolveu buscar acesso a informações sobre si perante o Poder Judiciário.

Nessa situação hipotética, o cidadão em apreço poderá se valer do(a)

- Ⓐ ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- Ⓑ *habeas corpus*.
- Ⓒ mandado de injunção.
- Ⓓ *habeas data*.
- Ⓔ mandado de segurança.

Questão 33

A respeito da origem e da evolução da seguridade social no Brasil, julgue os próximos itens.

- I A Lei Eloy Chaves é considerada o marco inicial da assistência social brasileira.
- II A Constituição de 1891 já assegurava aos servidores públicos a aposentadoria por invalidez.
- III A partir da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, as contribuições sociais passaram a custear as ações do Estado nas áreas de saúde, assistência social e previdência social.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 34

Acerca da organização da seguridade social e dos princípios constitucionais que a sustentam, assinale a opção correta.

- A** O princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais assegura rigorosamente o pagamento do mesmo valor do benefício de salário-maternidade a todas as seguradas empregadas urbanas e rurais.
- B** Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, assegurada a participação de trabalhadores, de empregadores, de aposentados e do governo nos órgãos colegiados.
- C** O Sistema Único de Saúde (SUS), o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) integram a estrutura organizacional de um mesmo ministério.
- D** Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social com base no caráter democrático e centralizado da administração.
- E** Apesar do princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios, é admitida, em caso de deflação, a redução do valor nominal do benefício da seguridade social, segundo entendimento do STJ.

Questão 35

Assinale a opção correta referente ao regime geral de previdência social (RGPS) e ao regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores públicos, conforme a legislação em vigor.

- A** É computado como tempo de contribuição, para efeito dos benefícios previstos em RPPS, o período em que o segurado microempreendedor individual tiver contribuído ao RGPS na alíquota reduzida de 5%.
- B** A certidão de tempo de contribuição de ex-servidor pode ser emitida tanto pela entidade responsável pelo RPPS ao qual estava vinculado o ex-servidor quanto pelo órgão competente do RGPS.
- C** É possível a contagem recíproca de tempo de contribuição do RGPS por RPPS sem a emissão da certidão de tempo de contribuição correspondente caso o tempo de contribuição referente ao RGPS tenha sido prestado pelo servidor público ao próprio ente instituidor.
- D** Para fins de obtenção dos benefícios do RGPS, exige-se a carência de 36 contribuições mensais para que o segurado possa contar o tempo de serviço prestado à administração pública federal direta, autárquica ou fundacional.
- E** Para fins de contagem recíproca de tempo de contribuição, é vedada a desavervação de tempo de contribuição ao RPPS quando o tempo averbado tiver gerado a concessão de vantagens remuneratórias ao servidor público em atividade.

Questão 36

Julgue os seguintes itens, relativos ao custeio dos planos de benefícios de previdência complementar.

- I O teto máximo do valor da contribuição normal do patrocinador é o valor da contribuição do participante.
- II Os planos de previdência complementar podem prever aportes de recursos pelos participantes, a título de contribuição facultativa, além das contribuições normais, com contrapartida do patrocinador.
- III A responsabilidade pelo custeio dos planos de benefícios é do patrocinador e dos participantes, incluídos os assistidos.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 37

No que diz respeito às entidades abertas e fechadas de previdência complementar, assinale a opção correta conforme a Lei Complementar n.º 109/2001.

- A** As entidades abertas de previdência complementar são constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas.
- B** Cabe ao Estado a fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar, sendo, por isso, indevida a supervisão sistemática das atividades dessas entidades pelos respectivos patrocinadores e instituidores.
- C** Nos planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar, a portabilidade do direito acumulado pelo participante para outro plano caracteriza o resgate do referido direito acumulado.
- D** As entidades abertas de previdência complementar podem oferecer apenas planos coletivos.
- E** De acordo com os planos que administram, as entidades fechadas de previdência complementar podem ser qualificadas como singulares ou multipatrocinadas.

Questão 38

De acordo com o CTN, é causa de extinção do crédito tributário

- I pagamento.
- II remissão.
- III moratória.
- IV dação em pagamento de bens móveis.
- V compensação.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens III e IV estão certos.
- C** Apenas os itens I, II e V estão certos.
- D** Apenas os itens III, IV e V estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 39

Assinale a opção correta em relação à contribuição de melhoria.

- A** O CTN impõe como limite individual da contribuição de melhoria o custo da obra pública dividido pelo número total de beneficiários da obra.
- B** A contribuição de melhoria não exige contraprestação estatal.
- C** Compete exclusivamente à União instituir contribuição de melhoria.
- D** De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), a instituição de contribuição de melhoria decorre da realização de obras públicas.
- E** De acordo com o CTN, a valorização imobiliária não é pressuposto para a instituição da contribuição de melhoria.

Questão 40

Com base no entendimento do STF acerca das taxas, assinale a opção correta.

- Ⓐ É inconstitucional a taxa de fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários instituída pela Lei n.º 7.940/1989.
- Ⓑ O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa, visto que consiste em serviço específico e divisível.
- Ⓒ É inconstitucional a adoção de um ou mais elementos da base de cálculo de determinado imposto no cálculo do valor da taxa.
- Ⓓ São constitucionais as taxas estaduais pela utilização dos serviços públicos de prevenção e combate a incêndios cobradas pelo corpo de bombeiros.
- Ⓔ É inconstitucional a taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento de lixo.

Questão 41

De acordo com o previsto no CTN em relação ao sigilo fiscal, é vedada a divulgação, pela fazenda pública ou por seus servidores, de informação obtida em razão do ofício relativa

- Ⓐ à situação econômica ou financeira do sujeito passivo e à natureza e ao estado de seus negócios ou atividades.
- Ⓑ aos parcelamentos tributários.
- Ⓒ ao incentivo ou benefício tributário cujo beneficiário seja pessoa jurídica.
- Ⓓ às representações fiscais para fins penais.
- Ⓔ às inscrições na dívida ativa da fazenda pública.

Questão 42

Julgue os itens a seguir, relativos a garantias e privilégios do crédito tributário.

- I Quando não forem encontrados bens penhoráveis do devedor, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos.
- II Presume-se fraudulenta a alienação de bens por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.
- III De acordo com o entendimento do STF, a União prefere aos demais entes políticos na cobrança do crédito tributário na hipótese de concurso.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 43

Assinale a opção correta em relação ao regime de precatórios no sistema constitucional brasileiro.

- Ⓐ É admissível o fracionamento do valor da execução para fins de enquadramento do pagamento como requisição de pequeno valor.
- Ⓑ Os precatórios judiciais apresentados até 1.º de julho devem ser pagos até o final do exercício seguinte.
- Ⓒ O presidente do tribunal competente que retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade.
- Ⓓ Os pagamentos de precatórios serão efetuados em ordem cronológica de apresentação, inexistindo quaisquer preferências.
- Ⓔ Os pagamentos devidos pelos conselhos de fiscalização profissional em decorrência de sentença judicial submetem-se ao regime de precatórios.

Questão 44

Acerca de aspectos atinentes à dívida pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ A nulidade da operação de crédito contratada entre instituição financeira com o ente da Federação ensejará seu cancelamento, mediante a devolução do principal, vedados o pagamento de juros e demais encargos financeiros.
- Ⓑ Compete ao presidente da República autorizar empréstimos externos de interesse dos entes políticos.
- Ⓒ Os estados, os municípios e o Distrito Federal podem tomar empréstimos, desde que a União não tenha que oferecer garantia.
- Ⓓ A inobservância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária e de operações de crédito acarreta a suspensão das transferências obrigatórias.
- Ⓔ Compete à Câmara dos Deputados fixar o limite global de endividamento dos entes políticos.

Questão 45

Julgue os itens seguintes, em relação à regra de ouro no direito financeiro brasileiro.

- I A regra de ouro, inserida por emenda constitucional, estabelece um limite ao endividamento público para os entes políticos.
- II De acordo com a regra de ouro, é vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as despesas autorizadas por créditos suplementares ou especiais.
- III Conforme o texto constitucional, as exceções à regra de ouro exige aprovação da maioria absoluta do Poder Legislativo.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 46

No que se refere às leis orçamentárias, assinale a opção correta.

- Ⓐ A lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá as diretrizes e metas da administração para as despesas relativas aos programas de duração continuada.
- Ⓑ Cabe à lei complementar estabelecer anualmente a autorização de despesas e previsão de receitas por meio da lei orçamentária.
- Ⓒ A lei orçamentária anual divide-se nas seguintes três partes: orçamento fiscal, orçamento de despesas de pessoal e orçamento da segurança pública.
- Ⓓ Compete ao Poder Legislativo a iniciativa da lei orçamentária anual.
- Ⓔ A lei orçamentária anual poderá conter previsão de despesas para exercícios seguintes, com especificação dos investimentos plurianuais e dos que estiverem em andamento.

Questão 47

Acerca da realização da despesa pública no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ É vedado todo e qualquer adiantamento de despesas.
- Ⓑ A liquidação da despesa precede o seu empenho.
- Ⓒ A liquidação consiste no ato pelo qual se verifica o direito adquirido do credor com base em títulos e documentos comprobatórios do crédito.
- Ⓓ Em regra, o pagamento pode ser efetuado independentemente da liquidação da despesa.
- Ⓔ O empenho consiste na ordem de pagamento ao credor.

Questão 48

A respeito da prescrição e da decadência, assinale a opção correta de acordo com o Código Civil e a jurisprudência do STJ.

- A** A prescrição e a decadência não correm contra os absolutamente incapazes nem contra os relativamente incapazes.
- B** A prescrição não corre contra os absolutamente incapazes, mas corre contra os relativamente incapazes.
- C** A prescrição não corre contra os absolutamente incapazes nem contra os relativamente incapazes.
- D** A decadência não corre contra os absolutamente incapazes, mas corre contra os relativamente incapazes.
- E** A decadência não corre contra os absolutamente incapazes nem contra os relativamente incapazes.

Questão 49

Segundo o Código Civil e a jurisprudência do STJ, o negócio jurídico simulado é

- A** anulável, não se admitindo a subsistência do negócio dissimulado, ainda que válido em substância e forma.
- B** nulo, mas o negócio dissimulado subsiste, em caso de simulação relativa, desde que válido em substância e forma.
- C** anulável, mas o negócio dissimulado subsiste, em caso de simulação relativa, desde que válido em substância e forma.
- D** nulo, mas o negócio dissimulado subsiste, em caso de simulação absoluta, desde que válido em substância e forma.
- E** anulável, mas o negócio dissimulado subsiste, em caso de simulação absoluta, desde que válido em substância e forma.

Questão 50

Conforme dispõe o Código Civil, os bens públicos

- A** de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem sua qualificação, na forma que a lei determinar, enquanto os dominicais e os de uso comum do povo podem ser alienados, observadas as exigências legais, estando apenas os dominicais sujeitos à usucapião.
- B** de uso especial e os dominicais são inalienáveis, enquanto conservarem sua qualificação, na forma que a lei determinar, enquanto os de uso comum do povo podem ser alienados, observadas as exigências legais, e nenhum deles está sujeito à usucapião.
- C** de uso comum do povo e de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem sua qualificação, na forma que a lei determinar, enquanto os dominicais podem ser alienados, observadas as exigências legais, e nenhum deles está sujeito à usucapião.
- D** de uso comum do povo, de uso especial e dominicais não estão sujeitos à usucapião e são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- E** de uso comum do povo são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar, enquanto os dominicais e os de uso especial podem ser alienados, observadas as exigências legais, estando apenas os dominicais sujeitos à usucapião.

Questão 51

Segundo o Código Civil, o domicílio da pessoa natural é o lugar

- A** onde ela estabelece residência há mais tempo, caso tenha diversas residências nas quais viva alternadamente.
- B** onde ela for encontrada, quando possuir residência habitual.
- C** em que ela estabelece residência com ânimo transitório, quando não possuir residência habitual.
- D** onde ela fixa residência com ânimo definitivo e, quanto às relações concernentes à profissão, onde desenvolve as relações profissionais.
- E** em que ela exerce profissão, desde que ausente residência habitual.

Questão 52

Em ação de cobrança ajuizada contra apenas um dos devedores solidários, o juízo reputou necessária a citação dos demais devedores e extinguiu o processo por falta de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

Considerando o caso hipotético apresentado, assinale a opção correta.

- A** O magistrado agiu incorretamente, pois ao credor é facultado optar pelo ajuizamento da ação de cobrança contra qualquer dos devedores.
- B** O magistrado agiu incorretamente, uma vez que a não inclusão de todos os devedores configura vício sanável, de modo que o juízo deveria ter intimado a parte autora para regularizar o polo passivo.
- C** A possibilidade de litisconsórcio passivo facultativo depende de previsão expressa no instrumento contratual, em cláusula que pode ser considerada uma espécie de negócio jurídico processual.
- D** A responsabilidade solidária, por sua natureza, impõe a formação de litisconsórcio passivo necessário entre todos os devedores.
- E** Não há litisconsórcio passivo necessário nos casos de solidariedade, de modo que a sentença produz efeitos contra todos os devedores, independentemente de integrarem o polo passivo da demanda.

Questão 53

Assinale a opção correta a respeito das preclusões.

- A** A preclusão não se aplica ao Ministério Público em nenhuma hipótese.
- B** Ocorre preclusão consumativa quando a parte perde o direito de praticar o ato processual por não o ter feito em momento oportuno.
- C** Ocorre preclusão temporal quando a parte, tendo anteriormente praticado o ato, fica impedida de renovar o ato posteriormente.
- D** O juiz não pode conhecer de ofício matéria de ordem pública, se já preclusa a questão.
- E** Em razão da preclusão lógica, a parte não pode praticar ato incompatível com outro anteriormente praticado.

Questão 54

Após o provimento de agravo de instrumento interposto com o objetivo de reforma de decisão que tenha indeferido tutela de urgência, a parte agravada pretende interpor recurso extraordinário.

Tendo como referência o caso hipotético apresentado, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não cabe recurso extraordinário contra o acórdão que mantém ou reforma a decisão que indeferiu a tutela provisória.
- Ⓑ O recurso extraordinário é o meio adequado para impugnar qualquer acórdão, independentemente de se tratar de decisão interlocutória ou não.
- Ⓒ Apesar de, no caso em questão, ser incabível o recurso extraordinário, é possível a interposição de recurso ordinário constitucional.
- Ⓓ O recurso extraordinário é cabível, pois a decisão foi proferida em última instância.
- Ⓔ O recurso extraordinário só é cabível caso mantida a decisão que indeferiu a tutela provisória.

Questão 55

A respeito da sentença e da coisa julgada, assinale a opção correta.

- Ⓐ A coisa julgada recai somente sobre a questão principal discutida, não produzindo, em nenhuma hipótese, efeitos em relação a questões prejudiciais.
- Ⓑ A coisa julgada formal impede a rediscussão da matéria em outro processo judicial.
- Ⓒ Por vontade das partes, a coisa julgada é passível de revisão a qualquer tempo.
- Ⓓ Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.
- Ⓔ Transitada em julgado a decisão de mérito, serão consideradas deduzidas e repelidas apenas as alegações e as defesas que a parte tenha apresentado tanto em relação ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.

Questão 56

Com base na Lei estadual n.º 3.178/2006, que fixa as diretrizes para a verificação da segurança de barragens, aterros sanitários e depósitos de resíduos tóxicos industriais e residenciais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os proprietários dos empreendimentos que não estiverem de acordo com a legislação deverão firmar termo de ajustamento de conduta (TAC) com o órgão ambiental competente para regularizar sua atividade no prazo máximo de três anos.
- Ⓑ A classificação das barragens é determinada com base em fatores como o tipo de atividade econômica a que se destinam a barragem e o bioma onde ela está instalada.
- Ⓒ A ocorrência de acidente ambiental impõe ao empreendedor o custeio das ações recomendadas, a qualquer tempo, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, sendo os valores despendidos deduzidos da indenização dos custos de licenciamento e das taxas de controle e fiscalização ambientais.
- Ⓓ É facultado ao empreendedor elaborar plano de automonitoramento (PAM) após a concessão da licença ambiental.
- Ⓔ Para a implantação de depósito de resíduos tóxicos industriais, é necessária a apresentação de projeto que, entre outros requisitos mínimos, preveja a impermeabilização do fundo do lago da barragem destinada ao armazenamento de efluentes tóxicos, sem prejuízo do licenciamento ambiental.

Questão 57

Tendo como fundamento a Política Estadual de Reciclagem de Materiais, instituída pela Lei estadual n.º 2.661/2003, julgue os itens a seguir.

- I Os benefícios legais concedidos em contrapartida ao cumprimento da citada política serão extensíveis aos consumidores, usuários, produtores e comerciantes com cadastro prévio na Secretaria de Estado de Meio Ambiente.
- II A celebração de convênio de mútua colaboração com órgão ou entidade dos entes federados e o fomento do sistema cooperativista são formas de dar cumprimento à lei.
- III Cabe ao Poder Executivo municipal criar distritos industriais voltados para a indústria de reciclagem de materiais e fornecer o maquinário para o exercício da atividade.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 58

Com base na Lei n.º 5.197/1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, julgue os seguintes itens.

- I É permitida a apanha de espécimes da fauna silvestre nos jardins zoológicos e parques.
- II Para a introdução de nova espécie no Brasil, basta a emissão de parecer técnico favorável do órgão ambiental competente, dispensando-se a expedição de licença.
- III É obrigatória a licença anual, de caráter específico e de âmbito nacional, para o exercício da caça.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item I está certo.
- Ⓒ Apenas o item III está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 59

Com base na Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), assinale a opção correta.

- Ⓐ É dispensável o plano de gerenciamento de resíduos sólidos para as atividades que não estão sujeitas a licenciamento ambiental.
- Ⓑ Compete à Agência Nacional de Águas arbitrar, em última instância administrativa, os conflitos existentes entre conselhos estaduais de recursos hídricos.
- Ⓒ É possível a suspensão definitiva da outorga de direitos de uso de recursos hídricos em razão da ausência de uso por três anos consecutivos.
- Ⓓ A importação de resíduos sólidos, inclusive papel e seus derivados, plástico, vidro e metal, é permitida a partir da expedição da licença concedida pelo órgão ambiental.
- Ⓔ O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo Nacional do Meio Ambiente são instrumentos da PNRS.

Questão 60

Considerando as disposições da Lei n.º 6.938/1981, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), assinale a opção correta.

- Ⓐ No rol de princípios da PNMA, é prevista a racionalização somente do uso da água e do subsolo.
- Ⓑ Enquadram-se como órgãos seccionais do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) as entidades municipais responsáveis pelo controle e pela fiscalização das atividades de proteção e melhoria da qualidade ambiental, em suas respectivas jurisdições.
- Ⓒ O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) será presidido por um dos secretários de meio ambiente dos estados, escolhido mediante eleição.
- Ⓓ É desnecessária a averbação do contrato de alienação, cessão ou transferência da servidão ambiental na matrícula do imóvel.
- Ⓔ São objetivos da PNMA o estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental, a difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente e a divulgação de dados e informações ambientais.

Espaço livre